

BASE PARA DIAGNÓSTICO AMBIENTAL: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA MIRIM SÃO-GONÇALO

LEANDRA MARTINS BRESSAN¹; VICTÓRIA DE SOUZA WOJAHN²; GABRIEL
BORGES DOS SANTOS³; LUKAS DOS SANTOS BOEIRA⁴; VIVIANE SANTOS
SILVA TERRA⁵; GILBERTO LOGUERCIO COLLARES⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – leandrabressan13@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – victoriawojahn@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – gabrielqwsantos@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – lukasdossantosboeira@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – vssterra10@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – gilbertocollares@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 80, conflitos entre os múltiplos usuários da água ocorrem devido a crescente construção de hidrelétricas, pela poluição hídrica decorrente pela falta do tratamento de efluentes industriais ou domiciliares e o aumento por práticas de irrigação, que resultaram em pressões sociais pela gestão do setor por uma entidade autônoma e não usuária do recurso (PIZELLA, 2015). Com isso, surge a criação de um Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos voltado para gestão dos usos múltiplos da água, definido pela Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) (Lei nº 9.433/1997). Sendo assim, para uma adequada organização, controle e administração, surge um dos instrumentos da PNRH que é a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de bacias hidrográficas. Tal instrumento é definido como plano diretor de longo prazo, com horizonte temporal compatível com o período de implantação de seus programas e projetos.

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura - SEMA (2020), assim como em outros estados, no Rio Grande do Sul (RS), os planos de bacia hidrográfica são segmentados em três fases, sendo: a Fase A – diagnóstico, Fase B - elaboração do prognóstico e enquadramento e a Fase C – apresenta o conjunto de ações necessárias e metas previstas.

No processo de elaboração da Fase A, encontram-se as unidades de conservação (UCs), para BRITO (2008), essas áreas protegidas tem como objetivo de preservar e manter a diversidade biológica, os recursos naturais e culturais legalmente instituído pelo Poder Público. Deste modo, o objetivo do trabalho é identificar e classificar das UCs presente na bacia hidrográfica Mirim-São Gonçalo.

2. METODOLOGIA

A Bacia Hidrográfica Mirim- São Gonçalo (BHMSG) é uma bacia transfronteiriça, que está inserida entre o Brasil e Uruguai, sendo que o uso compartilhado das águas é regido pelo Tratado de Limites, no qual foi assinado em 1990 e pelo Tratado da Lagoa Mirim, assinado em 1977 (ALM, 2021). A bacia apresenta uma área total de 62.250 km², funcionado como um reservatório, e também é uma região com grande importância ambiental, pois abriga enorme fauna e flora (ALM, 2021).

A elaboração da Fase A do plano da BHMSG está em execução desde 2018, pela Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim (ALM), dentro dessa

atividade foi possível identificar e classificar as UCs presentes na bacia, conforme a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Para identificação das Ucs foram realizadas pesquisas bibliográficas nos dois países, buscando base dados georreferenciados e dados característicos da região. Posteriormente, classificou as UCs conforme a referida Lei nº 9.985/2000, de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), na qual divide as UCs em duas categorias: unidades de conservação integral e unidades de uso sustentável.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1 estão dispostas as unidades de conservação (UCs) identificadas na BHMSG, sendo 10 (dez) unidades no lado brasileiro e 03 (três) no lado uruguaio, divididas na sua respectiva categoria.

Tabela 1 - UCs presentes na BHMSG.

Nome das UCs	País	Categoria
Reserva Biológica do Mato Grande	Brasil	Proteção Integral
Pontal dos Latinos e Pontal dos Santiagos	Brasil	Uso Sustentável
Estação Ecológica do Taim	Brasil	Proteção Integral
Reserva Particular do Patrimônio Nacional Pontal da Barra	Brasil	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Nacional Estancia Santa Rita	Brasil	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Curupira	Brasil	Uso Sustentável
Refúgio da Vida Silvestre do Molhe Leste	Brasil	Proteção Integral
Reserva Biológica Banhado Maçarico	Brasil	Proteção Integral
Área de Proteção da Lagoa Verde	Brasil	Uso Sustentável
Reserva Biológica do Bioma Pampa	Brasil	Proteção Integral
Quebrada de los Cuervos	Uruguai	Paisagem Protegida
Paso Centurión	Uruguai	Paisagem Protegida
San Miguel	Uruguai	Parque Nacional

A Figura 2 representa o mapa com as Ucs presentes na BHMSG porém, devido à falta de dados georreferenciados, foram identificadas visualmente apenas sete UCs. Dentre elas, destaca-se ao lado brasileiro a Estação Ecológica do Taim, localizada dentro do Bioma Pampa, (Figura 2A). Devido à variedade

ambiental dos ecossistemas, são encontradas diversas espécies de fauna e flora. Já em relação às questões socioeconômicas na região, destacam-se as atividades orizícolas, de silvicultura e o turismo, além da ligação direta com o Uruguai (WOLLMANN, 2013) e também a preservação ambiental.

Ao nordeste do Uruguai localiza-se a área protegida de Paso Centurión (Figura 2B), que recebe grande influência da Mata Atlântica. A sua paisagem se destaca pelas serras, colinas e morros. Segundo MVOTMA (2018), em 2007 por ser uma das áreas com maior biodiversidade no país, foi declarada uma Reserva Departamental e, em relação a vegetação, foi catalogado pelo menos 15 (quinze) espécies de existência exclusiva nesta unidade de conservação em relação ao restante do território uruguaio.



Figura 2 - UCs presente na BHMSG

4. CONCLUSÕES

Para elaboração do plano de bacia a identificação e classificação das unidades de conservação são de extrema importância, servem como um instrumento na manutenção dos serviços ambientais naturais, na proteção e conservação das reservas de água e solo, e na mitigação das mudanças climáticas na bacia hidrográfica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALM. 2021. **Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim**. Acessado em 29 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/alm/banco-de-dados-da-bacia-da-lagoa-mirim/>

BRITO, D. M. C. Conflitos em unidades de conservação. PRACS – **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais**. Macapá, n.1, p.1-12, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º. da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Diário Oficial da União**, 8 de janeiro de 1997, Brasília, DF.

JOURAVLEV, A. Los municipios y la gestión de los recursos hídricos. Santiago: CEPAL, 2003. 72p. (**Recursos Naturales e Infraestructura**, v. 66).

LEI nº 9.985/2000, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: DOU 19/07/2000.

MVOTMA. 2018. Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente. Acessado em 29 de jul. 2021. Online. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-vivienda-ordenamiento-territorial/datos-y-estadisticas/datos-abiertos>

PERES, R. B.; SILVA, R. S. Análise das relações entre o Plano de Bacia Hidrográfica Tietê Jacaré e os Planos Diretores Municipais de Araraquara, Bauru e São Carlos, SP: avanços e desafios visando a integração de instrumentos de gestão. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 2, 2013.

PIZELLA, D. G. A relação entre planos diretores municipais e planos de bacias hidrográficas na gestão hídrica. **Ambiente & Água**, Taubaté, v. 10, n. 3, p. 635-645, 2015.

SEMA. 2020. Secretária de Meio Ambiente e Infraestrutura. Acessado em 29 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/inicial>

WOLLMANN, C. A.; SIMIONI, J. P. D. Variabilidade espacial dos atributos climáticos na Estação Ecológica do Taim (RS), sob domínio polar. **Revista do Departamento de Geografia – USP**. São Paulo, v. 25, n. 1, p. 56-76, jun. 2013.